

Conservadorismo e educação: escolas cívico-militares no Rio Grande do Sul

Denilson da Silva
Universidade Federal da Fronteira Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Endereço eletrônico: denilson.silva@uffs.edu.br

Maria Augusta Martiarena
Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Endereço eletrônico: augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br

Vitória Ferreira Gamba
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Endereço eletrônico: vitoriagamba@outlook.com.br

1077

Palavras-chave: Escolas cívico-militares no Rio Grande do Sul. Militarização da Escola Pública. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

INTRODUÇÃO

Em 2021, o Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e o Grupo These/Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde¹, encabeçaram um projeto denominado *Memória do Desmonte e da Resistência à Militarização das Escolas Públicas* (anos 2000-...), motivados pelo desmonte da escola pública brasileira. A partir da aproximação com este projeto, surgiu a inquietação de estudar o contexto da zona metropolitana de Porto Alegre, bem como do Litoral Norte gaúcho, a partir do *campus* Osório, do IFRS.

É fundamental destacar que, no estado do Rio Grande do Sul, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/Pecim teve perigosos avanços e alguns retrocessos. Tal programa foi instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, com o objetivo de implantar o que fora denominado de “modelo Ministério da Educação

¹ Promovido por: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

Realização:



Apoio:



(MEC)” de Escola Cívico-Militar (Ecim) com o apoio do Ministério da Defesa. Esse modelo passou a ser implantado em escolas públicas de ensino regular com baixo resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as quais marcadamente atendiam alunos em situação de vulnerabilidade social. Posteriormente ao marco decretado pela presidência em 2019, e 2023, a realocação do pólo político de esquerda ao poder marca o cenário governamental brasileiro, sendo o Programa das Escolas Cívico-Militares descontinuado pela União através da publicação do Decreto 11.611, de 19 de julho de 2023 que revoga o decreto 10.004 de 2019 e, aparentemente fragiliza tal pauta no país. No entanto, no que tange o estado do Rio Grande do Sul, o Programa avançou no parlamento constituindo arcabouço jurídico para sua execução a nível estadual e municipal.²

Este trabalho tem como objetivo socializar elementos de busca, reflexão e estudos recentes sobre as Escolas Cívico-militares realizadas no Grupo de Pesquisas Educação, Trabalho e Cidadania, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no campus Osório. Portanto, considera-se fundamental estudar a temática definida nesta pesquisa, tendo em vista o aprofundamento do movimento conservador e os riscos que representam a militarização da infância pobre. Solução considerada viável para a difusão de um ideário de disciplinarização que converge para o controle das camadas mais pobres da sociedade enquanto sufoca a autonomia, a emancipação e a educação crítica tão fundamentais à Educação democrática e transformadora.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi necessário a constituição de referenciais teóricos que pautaram a compreensão de conceitos fundamentais para o posterior desenvolvimento da pesquisa. Foram abordados os seguintes conceitos: conservadorismo (RICCI, 2019), liberalismo,

2 O Projeto de Lei 344/2024, promulgado pela mesa diretora da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sem a sanção do governador do estado, autoriza a instalação das Escolas Cívico-Militares no estado, dando sustância para o avanço da militarização das escolas públicas brasileiras. Em destaque, a justiça do estado se manifestou em relação a uma ação protocolada pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS Sindicato), confirmando a controvérsia da constitucionalidade do Programa, revelando o desacordo institucional em relação à proibidade da matéria.

Realização:



Apoio:



autoritarismo (BRITO *et al.*, 2022) e criminalização das infâncias populares (ARROYO, 2019).

Após o desenvolvimento dos referenciais anteriormente mencionados, a investigação pautou-se na identificação e sistematização de notícias extraídas de sites oficiais. Após o arrolamento das informações em tabelas, passou-se a realizar a análise documental, tendo-se em consideração a taxonomia das fontes proposta por Barros (2017), que considera fundamental identificar as seguintes características: intencionalidade, posição, qualidade e serialidade. De acordo com Barros (2017), é fundamental compreender as características da fonte utilizada, aproximando o pesquisador do objeto para melhor compreendê-lo, aguçando a assertividade do entendimento de um fato/processo histórico.

As fontes utilizadas na presente pesquisa são diretas, tendo em vista que as mesmas são produzidas concomitantemente. Tratam-se de notícias veiculadas em sites oficiais, as quais ocorrem contemporaneamente ao processo de implantação das escolas cívico-militares. Além disso, por tratarem-se de sites oficiais, a intencionalidade reside no grupo que se encontra no poder nas cidades em que são publicadas as notícias. Com relação à materialidade, são fontes virtuais, o que é bastante recorrente na atualidade e é fundamental problematizar os cuidados com tais tipos de documentos e com sua preservação. Contudo, as fontes não são seriais, embora seja possível, em longo prazo, constituir uma narrativa a partir das notícias identificadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro ponto que destacamos foi a escassez de informações no site da Secretaria Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul (Seduc RS). E, diante da impossibilidade de se entender como o extinto programa nacional se materializa no estado, buscamos em contatos formais, via e-mail, à 1ª Coordenadoria Regional de Educação, localizada em Porto Alegre (RS), justificar nossa pesquisa e a necessidade de acessar dados públicos. Elementos essenciais para se compreender os propósitos e o avanço/continuidade de tal política em solo gaúcho mesmo diante da extinção do programa nacionalmente. Não houve retorno, constituindo a não existência de dados concretos e oficiais do programa até o mês de maio de 2024, através da SEDUC.

Realização:



Apoio:



Assim, decidimos formalizar à *Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do estado (CECDCT/ALRS)*, no dia 19 de junho de 2024, as mesmas questões/informações solicitadas à Secretaria (Continuidade ou não do Programa no estado? Qual o número de escolas e municípios participantes?). Diante da resposta objetiva, clara e rápida (no dia seguinte), podemos avançar e ter nitidez do estágio, abrangência e objetivo de tal política pública no Rio Grande do Sul, ainda que os dados necessitem de atualização, conforme informa a coordenadora da CECDCT da ALRS. Assim, utilizando o ofício-resposta³, que cita a Lei estadual n. 15.401 de 17 de dezembro de 2019 (RIO GRANDE DO SUL, 2019), podemos destacar:

1080

1. *O Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares é gerenciado pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e com os municípios, na forma do Termo de Cooperação n. 161/2020, que apresenta um conceito de educação voltado para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, com a participação do corpo docente com apoio de policiais militares;*
2. *Permite o aproveitamento de servidores do Programa “Mais Efetivo” para atuarem como monitores cívico-militares em escolas públicas, tanto estaduais como municipais (mediante manifestação de interesse das administrações municipais a SEDUC para realização de convênio) sendo estes servidores militares (também das forças armadas), independente do posto ou graduação exercer a função de monitor cívico-militar. (CECDCT-ALRS, 2024).⁴*

Na seção seguinte, considerações finais suscitadas pelos fragmentos destacados das escolhas políticas realizadas a partir da militarização da educação pública no estado.

CONCLUSÕES

Um aspecto que merece destaque através do documento socializado pela CECDCT/ALRS é a relação direta entre o Programa, que tem continuidade no Estado, e instituições de estado ligadas à segurança pública (Secretaria de Segurança, Brigada Militar e Corpo de

3 Ofício resposta aos questionamentos que encaminhamos via e-mail à Comissão junto à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, encontra-se acessível em: <https://drive.google.com/file/d/1BSj9smhdHjnTJAMujWisumkjiQxKKi1B/view>.

4 Das 43 escolas que seguem o modelo cívico-militar no Rio Grande do Sul, 25 aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), do governo federal. E, a listagem: das escolas 46 integrantes do Programa Mais Efetivo, do governo do Estado (município/escola); das 23 escolas que integraram o PECIM, extinto em 2023.

Realização:



Apoio:



Bombeiros). Ou seja, a educação militarizada evidenciada. Além disso, o atual governo estadual mesmo diante da extinção do PECIM estimula acordos com os municípios visando ampliar a abrangência do programa na esfera estadual. Neste sentido reforça a visão evidente no excerto que incluímos neste texto de que a educação voltada para os segmentos mais vulneráveis da sociedade como se a militarização fosse sinônimo de qualidade. Ou seja, criminaliza, estigmatiza e precariza a educação dessas infâncias como nos aponta Arroyo (2019), impondo disciplina e evidenciando o controle enquanto carecem de qualidade, de estímulo à educação crítica, emancipatória, humana e democrática.

E, por último, como destaca Ricci (2019), a militarização naturaliza a repressão, relativiza o conceito de direito, de liberdade e reafirma a dominação, a coerção e a violência no processo formativo escolar. O que reforça a desigualdade e a discriminação social. *A escola não é uma empresa* (LAVAL, 2019); a escola não é um quartel e; policiais e militares não são educadores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares. Entrevista de Miguel Arroyo cedida a Ana Luiza Basilio. In: [https://www. cartacapital. com. br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadascriminalizam-infancias-populares/](https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadascriminalizam-infancias-populares/)In, v. 26, n. 10, 2019.

BARROS, José D^o Assunção. *Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BRITO, Adriane Sanctis de *et al.* O caminho da autocracia: estratégias atuais de erosão democrática. **São Paulo: Centro de Análise da Liberdade**, 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo editorial, 2019.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**, v. 1, p. 107-114, 2019.

Realização:



Apoio:

